



DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

Prezados(as) Candidatos(as),

Em atenção ao processo seletivo referente ao Concurso Público de Afonso Cunha- MA, vimos por meio deste ofício divulgar o resultado da análise dos recursos interpostos contra o gabarito preliminar da prova objetiva.

Após minuciosa avaliação das alegações apresentadas pelos candidatos, informamos que as respostas seguem os seguintes critérios:

1. **RECURSOS DEFERIDOS:** Os recursos que foram considerados procedentes resultaram na alteração do gabarito preliminar ou anulação da questão. Os pontos correspondentes a questões anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, já os correspondentes a questões alteradas serão atribuídos aos candidatos que tiveram as respostas de acordo com o novo gabarito.
2. **RECURSOS INDEFERIDOS:** Os recursos que não obtiveram fundamentação para alteração do gabarito permanecem indeferidos. Dessa forma as respostas permanecem inalteradas e os pontos serão atribuídos aos candidatos que tiverem suas respostas de acordo com o gabarito oficial.

Agradecemos a compreensão e colaboração de todos os candidatos durante esse processo. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

ALESANDRO DE JESUS LIMA
TEIXEIRA:5709064530
4

Assinado de forma digital por
ALESANDRO DE JESUS LIMA
TEIXEIRA:57090645304
Dados: 2024.09.12 20:23:10
-03'00'

Alesandro de Jesus Lima Teixeira
Instituto Social Da Cidadania Juscelino Kubitschek



CARGO: GUARDA MUNICIPAL

RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
03	Solicita anulação da questão	INDEFERIDO No termo <u>espaços vazios</u> há um substantivo simples (espaços) acompanhado de um adjetivo (vazios) . O sujeito da oração é <u>espaços vazios</u> cujo núcleo (espaços) concorda com o verbo <u>existem</u> .
10	Solicita anulação da questão	INDEFERIDO A questão trata do cálculo de uma projeção de regra de três simples diretamente proporcional, não considerando que o cálculo da questão se desse em dois momentos, mas sim a projeção total. RESOLUÇÃO: $\frac{3}{5} \cdot \frac{4}{5} = \frac{240}{x}$ $25 \cdot 240 = 12 \cdot x$ $x = \frac{6000}{12} = 500$
12	Solicita anulação da questão	INDEFERIDO A questão trata especificamente do cálculo da largura da área geométrica sequido do seu comprimento. RESOLUÇÃO: O perímetro será calculado pela seguinte expressão: $6x + x + 6x + x = 560$ $14x = 560$ $x = \frac{560}{14} = 40 \text{ (largura)}$ $6 \cdot 40 = 240 \text{ (comprimento)}$ Dessa forma a largura será de 40 metros e o comprimento será de 240 metros
16	Solicita anulação da questão	INDEFERIDO A afirmação “o Google” é o primeiro mecanismo de busca da Internet é falsa. A possibilidade de ser o MAIS UTILIZADO no mundo não o torna pioneiro.
17	Solicita anulação da questão	INDEFERIDO A existência da palavra no feminino “placa de vídeo “INTEGRADA” e não no masculino, “placa de vídeo INTEGRADO” não interfere na resolução da questão.



21	Solicita anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>Conforme o art. 5º da Constituição Federal de 1988, a letra “B” está correta. LETRA “A” – está incorreta, pois é garantido o direito de propriedade. LETRA “C” – está incorreta é assegurado aos presos o respeito a sua integridade LETRA “D”- está incorreta, a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.</p> <p>A desapropriação citada no artigo 5º que fundamenta o pedido do candidato não é um direito individual e sim uma necessidade do Estado e mediante indenização pecuniária. A questão fala em direitos dos cidadãos.</p>
24	Solicita alteração de gabarito para letra “A”	<p>INDEFERIDO</p> <p>Conforme Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. <u>(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)</u>.</p> <p>Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: <u>(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)</u></p> <p>I - Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; <u>(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)</u></p> <p>II - Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; <u>(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)</u></p> <p>III - Encaminhamento a cursos ou programas de orientação; <u>(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)</u></p> <p>IV - Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; <u>(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)</u></p> <p>V - Advertência. <u>(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)</u></p> <p>VI - Garantia de tratamento de saúde especializado à vítima. <u>(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022)</u> Vigência</p> <p>Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. <u>(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)</u></p> <p><u>Não se confundi as funções do Poder Judiciário com as do Conselho tutelar. O Poder Judiciário JULGA e DECIDE os crimes eventualmente</u></p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA
EDITAL DE ABERTURA Nº. 001/2024

		<p>praticados, já o Conselho Tutelar previne e protege. O enunciado da questão elenca medidas protetivas e são baseadas em texto de lei.</p>
25	Solicita anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>Quando a legislação federal disciplina que a guarda municipal pode ser criada por Lei quer dizer que precisamos de todo um procedimento legislativo de confecção de Lei tramitado e aprovado pela Câmara Municipal, por conseguinte um Decreto não é submetido à Casa Legislativa é emanado de forma isolada pela autoridade competente.</p>
28	Solicita alteração de gabarito para letra "C"	<p>INDEFERIDO</p> <p>O candidato não pode confundir a associação entre os termos "irresponsável" com "inimputável". A leitura que a questão pede é que um "irresponsável penalmente" é sinônimo de "inimputável", o inimputável é aquele que não podemos responsabilizar penalmente, logo é "penalmente irresponsável".</p>
34	Solicita anulação da questão	<p>DEFERIDO</p>
35	Solicita anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>Em se tratando de competência territorial o candidato não pode confundir peculiaridade "LOCAL" com peculiaridade "REGIONAL", cuja a competência passa ser do Estado e não do Município.</p> <p>LETRA "A" está INCORRETA, visto que o correto é "peculiaridades locais" conforme Art. 18: "O Município organizará sua administração e planejará as suas atividades atendendo às peculiares locais, obedecidos aos princípios da legalidade, moralidade e publicidade".</p>
36	Solicita anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>A questão pede que seja indicada a alternativa INCORRETA, portanto estamos nos referindo sobre a informação que consta na sentença, o que não se confunde com "se o texto de lei esta transcrito de forma idêntica ao CTB. Logo a alternativa incorreta é somente a letra "C" cuja a qual prevê além da multa somente acrescenta a suspensão do direito de dirigir, o que a torna INCORRETA.</p> <p>Quanto a letra "A" não tem nenhuma incorreção ao afirmarmos que a penalidade é de multa e suspensão do direito de dirigir, independentemente de trazer ou não a doseimetria.</p>
37		<p>INDEFERIDOS</p> <p>A Gentileza não é um princípio de qualidade e sim o ponto inicial para o desenvolvimento de um bom relacionamento com o cliente. Durante a gentileza,</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA
EDITAL DE ABERTURA Nº. 001/2024

	Solicita anulação da questão	educação deve permear em todo processo de atendimento. Desde à apresentação até a despedida. REFERÊNCIA: MAX, EDUCA, E-book gerado especialmente para EDUARDO MACHADO RAMOS.1395196
	Solicita alteração de gabarito para letra "C"	Legitimidade é um termo utilizado em <u>Teoria Geral do Direito</u> , em <u>Ciência Política</u> e em <u>Filosofia Política</u> que define a qualidade de uma norma (em Teoria Geral do Direito) ou de um governo (Teoria Geral do Estado) ser conforme a um <u>mandato legal</u> , à <u>Justiça</u> , à <u>Razão</u> ou a qualquer outro mandato ético-legal. Em outras palavras, a legitimidade é o critério utilizado para se verificar se determinada norma se adequa ao sistema jurídico ao qual se alega que esta faz parte. Em Ciência Política é o conceito com o qual se julga a capacidade de um determinado <u>poder</u> para conseguir obediência sem necessidade de recorrer à coerção, que supõe a ameaça da força, de tal forma que um Estado é legítimo se existe um <u>consenso</u> entre os membros da comunidade política para aceitar a autoridade vigente.
38	Solicita anulação da questão	INDEFERIDO DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. TÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: I - Planejamento. II - Coordenação. III - Descentralização. IV - Delegação de Competência. V - Controle
40	Solicita alteração de gabarito para letra "B"	DEFERIDO